

Gaza diante da história



Por **ENZO TRAVERSO & MARTÍN MARTINELLI***

Uma conversa sobre o livro de Enzo Travesso

Martín Martinelli: As três principais virtudes do livro são como você traça arcos desde o final do século XIX e início do século XX até os dias atuais, que vemos como historiadores e geógrafos, mostrando que não existem totalidades.

Em segundo lugar, chamaram-me a atenção as comparações que você estabelece, como especialista, entre diferentes tipos de violência e você contrasta isso com diversos casos porque, embora o livro fale sobre um tema específico, é um tema que transcende fronteiras, pois se trata de um luta simbólica que inclui o Sul Global.

O terceiro ponto é a questão do papel do intelectual e como você se posiciona num lugar que não pretende ser neutro, mas afirma que este livro é um texto urgente e é por isso que o considero uma declaração política.

Enzo Traverso: Não sou especialista em Oriente Médio. Sou um historiador da Europa moderna e contemporânea. Meu campo de pesquisa é a história intelectual; Eu não falo árabe ou hebraico. Isto é, não escrevi este livro como um especialista em Médio Oriente que pode esclarecer e explicar o que está a acontecer, mas como um historiador do mundo moderno e da Europa contemporânea que se sente afectado e desafiado pelo que aí acontece.

As raízes históricas da crise actual estão na Europa. A história do anti-semitismo, dos judeus, da Europa do século XX, do colonialismo. A crise actual é a erupção de um conjunto de contradições que se acumularam ao longo de décadas e cujas raízes estão localizadas na Europa. Por estes motivos, apesar de não ser especialista, acredito ter legitimidade para me manifestar sobre a atualidade.

Como disse Martín Martinelli, faço-o também como historiador que não aceita o pretexto muito cômodo de que, por não ser o meu campo de investigação, me tranco na minha biblioteca ou arquivo e protejo-me de ficar indiferente ao que se passa. Há uma dimensão ético-política na profissão do historiador, do pesquisador, de quem se ocupa das ciências sociais de não poder continuar, por exemplo, ensinando sobre o Holocausto na historiografia ou o Holocausto na cultura do pós-guerra como se nada estivesse acontecendo ou como se o fato de a memória do Holocausto ser hoje mobilizada para legitimar um genocídio não tivesse relação com o que pesquiso e ensino.

O meu ensaio não é um livro de história no sentido convencional porque os historiadores trabalham durante muitos anos antes de publicarem o seu produto de investigação arquivística. É um escrito de urgência num contexto de crise como resposta à necessidade de falar e tomar posição. Portanto, foi escrito com o desejo de se distanciar criticamente e não simplesmente se deixar dominar pela dimensão emocional do que está acontecendo. A distância crítica permite-nos olhar em perspectiva histórica, mas não posso negar que é um escrito cheio de sentimentos de raiva que se tornou uma contribuição para o debate atual.

a terra é redonda

Martín Martinelli: Levando em conta que você trabalhou a categoria genocídio em seus trabalhos anteriores, com este trabalho você completa a perspectiva ao incluir o que está acontecendo na Palestina. Como interpretar o uso dado a esse conceito?

Enzo Traverso: Em um de meus livros História como campo de batalha proponho algumas ferramentas para refletir sobre o uso que pode ser feito do conceito de genocídio no campo historiográfico. Reconheço que existem muitos problemas porque é um termo que deve ser tratado com cautela. Por um lado, não pode ser ignorado porque pertence à linguagem comum, à semântica do espaço público global: se todos falam de genocídio, não podemos ignorá-lo.

Por outro lado, é um conceito jurídico cuja aplicação às ciências sociais coloca muitos problemas porque foi forjado durante o Holocausto e tem como objetivo distinguir entre o alvo e a vítima. Essa distinção é fundamental, mas supõe-se que um historiador não se limite a distinguir isso e analise o contexto, as causas, o papel dos outros atores, partindo da constatação de que esses papéis não são fixos porque não existe uma definição ontológica de a culpa e a vitimização.

Outros conceitos, como o de violência em massa, são mais relevantes, mas o conceito existe e também tem uma dimensão política muito impactante porque foi utilizado para solicitar ou obter o reconhecimento do estatuto de vitimador ou para indicar quem é o culpado. Existe, precisamente porque é um conceito jurídico, uma definição normativa do que é genocídio e foi codificada pela Convenção das Nações Unidas em 1948. Se lermos essa definição, ela corresponde ao que está a acontecer hoje em Gaza.

Não podemos refletir sobre o significado deste conceito sem refletir sobre a sua utilização em momentos particulares. Não podemos ignorar o facto de que, neste momento, a utilização feita pelo Tribunal Internacional de Justiça tem um objectivo político, o que significa dizer que existe um risco real de genocídio e que deve ser imediatamente interrompido. Esse também é um elemento que deve ser levado em conta.

Todos os comentários que falam sobre a noção de crime de guerra estão, na verdade, a relativizar o que está a acontecer e a legitimar o papel de Israel como o Estado líder desta guerra, apesar das formas. O problema é que, se a questão do genocídio for levantada, temos de pedir que pare. Este é o ponto de partida e confirmo que milhares de investigadores que não são historiadores da Europa contemporânea, mas investigadores que são especialistas em genocídios particulares, juristas, especialistas no Médio Oriente, assumiram uma posição clara de que o que está a acontecer é um genocídio.

Isto é algo que nos desafia a todos e que nos autoriza, a nós, investigadores, a tomar uma posição para que não possamos reivindicar neutralidade académica. Não podemos mais aceitar essa posição, devemos correr os riscos correspondentes diante de um fato que terá sua história escrita no futuro. Dentro de dez ou vinte anos haverá historiadores da guerra em Gaza que nos explicarão o que está a acontecer hoje. Portanto, não tenho a intenção de escrever a história desta guerra, mas tenho a responsabilidade de me posicionar sob o risco de errar em alguns pontos com base nas informações que circulam.

Martín Martinelli: Temos também o estudo de Francesca Albanese, *Anatomia de um genocídio*, no qual ela discute esse conceito em profundidade. Disto deriva uma quarta virtude do seu ensaio que vai contra a narrativa histórica e arqueológica, bem como contra a propaganda. É algo que o livro discute constantemente onde você afirma que a Palestina está se tornando uma causa do Sul Global, tendo partido de uma posição anti-imperialista e anticolonial para se tornar uma reivindicação de muitas populações como essas que você menciona.

Enzo Traverso: A Palestina tem sido simbolicamente uma causa do Sul Global. Desempenha um papel central na cultura do pós-colonialismo, de todos os movimentos contra as novas formas de dominação imperial e do neocolonialismo, contra as desigualdades planetárias. Esta consciência está a espalhar-se e aparece também no mundo ocidental, que está a mudar a sua imagem de Israel por causa da guerra de Gaza.

Aqui devemos fazer referência a outro conceito, que é o apartheid. Em qualquer país do Sul Global afirma-se que a

a terra é redonda

situação dos palestinos na área controlada por Israel é uma situação de apartheid; É algo que não precisa ser discutido porque é óbvio. No mundo ocidental há muita relutância em falar de apartheid porque Israel ainda está rodeado por esta aura de vitimização herdada do Holocausto que Israel instrumentaliza e transforma numa arma de dominação.

No entanto, a opinião pública está mudando. Por exemplo, uma das relutâncias em definir genocídio é aquela da consciência comum que está subjacente ao texto da Convenção das Nações Unidas de 1948, onde diz que genocídio é o Holocausto. Portanto, comparar Gaza com o Holocausto não é tão óbvio e é óbvio que não são a mesma coisa devido ao contexto histórico.

Estamos a falar de uma porção de terra onde vivem 2,4 milhões de palestinianos que vivem em condições de segregação permanente desde 2007. É evidente que a dimensão não é a mesma, não falamos das mesmas coisas mas é algo consensual na historiografia para falar de genocídios em diferentes contextos históricos porque estamos nos referindo a diferentes experiências históricas.

O que está a acontecer em Gaza não é a conquista do Novo Mundo e o consequente genocídio indígena que durou um século, mas a definição de genocídio é a intenção de destruir as condições materiais de existência de um povo; é isso que está acontecendo em Gaza. Foram destruídas todas as infra-estruturas que permitem a vida de uma população: escolas, hospitais, vias, sua administração, água, combustível, electricidade, evacuação da população de norte para sul de onde também tiveram que sair devido aos bombardeamentos, somados a uma controlo militar que impede a chegada de ajuda humanitária. Este é um processo de genocídio com consequências a longo prazo.

Não reconhecer isto é uma forma de covardia por parte de muitos intelectuais que sabem o que está acontecendo e têm todos os instrumentos para ver ou, bem, uma forma de hipocrisia ou cegueira. Refiro-me a pessoas muito respeitáveis, por isso no meu ensaio faço a comparação com a visão da União Soviética que existia na época da Guerra Fria numa espécie de silogismo que se estabeleceu: a União Soviética era o socialismo e o socialismo é a liberdade, então os campos de concentração não podem existir na União Soviética e aqueles que dizem que existem campos de concentração são mentirosos anticomunistas.

No mesmo sentido, um mecanismo psicológico semelhante ocorre hoje: Israel é um produto do Holocausto, é a resposta contra a violência do anti-semitismo e do racismo do século XX, por isso não pode cometer genocídio enquanto Israel for um representante ontologicamente virtuoso de as vítimas.

Esse é o mecanismo psicológico que legitima um genocídio por razões étnicas e é um processo perverso que deve ser desmantelado. Uma das razões pelas quais decidi escrever este ensaio na mesma noite de 7 de outubro é porque saiu uma leitura do acontecimento que dizia que aquele dia tinha sido o maior pogrom da história depois do Holocausto. Essa definição convoca a História. Qual é a relação entre os pogroms e o Holocausto? Se aceitarmos esta definição, é aceitar que por trás do 7 de Outubro não há a ocupação de Gaza, a segregação, as décadas de opressão e morte dos palestinianos.

Esta leitura tem uma consequência: Israel é ameaçado, pressionado a reagir legitimamente porque não pode aceitar um novo Holocausto. Nesses termos, é uma guerra justa e necessária. Essa é a leitura que foi imposta desde o início e que foi aceite por todos os chefes de governo e pelos grandes meios de comunicação. Portanto, os historiadores da Europa têm a responsabilidade de desmantelar essa interpretação.

Martín Martinelli: Em relação a algumas passagens do ensaio, você enfatiza que até os cemitérios foram destruídos e me veio à mente o que alguns chamam de 'memoricídio', e eu relaciono isso com o apagamento daquelas terras das muitas civilizações que ali existiram e que estão replicadas no aspecto arqueológico do qual extraem apenas o que pode ser associado ao judeu ou ao hebraico, omitindo o omíada, o muçulmano. Estava também a pensar no aspecto infanticida deste genocídio, porque ataca populações civis, das quais, em Gaza, a maioria são crianças. Quase metade das vítimas são menores.

a terra é redonda

Num dos capítulos você menciona o orientalismo, Said, Fanon. Isto está relacionado com a questão de como os meios de comunicação social cobrem e apoiam este genocídio da Europa e dos Estados Unidos. Como esse orientalismo impacta? Isso está mudando à medida que a energia diminui em comparação com outras épocas?

Enzo Traverso: Um dos produtos desta guerra foi um assustador renascimento de uma leitura do orientalismo tal como definido por Edward Said no seu ensaio do final dos anos 1970: o orientalismo é uma visão dicotómica do mundo em que existe um Ocidente, a personificação do Iluminismo, e o mundo não-ocidental, a personificação da barbárie. Isto se opõe a conceitos como: barbárie-progresso; racionalidade- obscurantismo; razão- fanatismo.

Aquela velha narrativa que foi forjada para legitimar o colonialismo no século XIX foi reativada. É a mesma narrativa que prevaleceu depois do 7 de Outubro: Israel faz parte do Ocidente, uma ilha de racionalidade e democracia liberal numa região dominada pelo fanatismo e pelo obscurantismo. Esta é a retórica e é algo que também deve ser desmantelado porque a semântica da guerra afecta a sua legitimidade.

Alguns lugares-comuns devem ser qualificados e reformulados criticamente. A ideia de Israel como bastião do Ocidente é a própria evidência. Israel não pode conduzir esta guerra sem o apoio económico e militar do mundo ocidental e dos Estados Unidos, em primeiro lugar. Isto explica muitas coisas, é a razão do movimento anti-guerra nos Estados Unidos semelhante ao contexto da Guerra do Vietnã, na medida em que existe uma consciência muito forte de que a guerra de Gaza não está a ser conduzida apenas em Gaza, onde os bombardeamentos são acontecendo e morto, mas também nos Estados Unidos. Se a administração Biden ou outros decidirem cortar este apoio económico e militar a Israel, a guerra termina dentro de duas semanas. Isso é óbvio.

Contudo, é lugar-comum dizer que Israel nasceu como um bastião do Ocidente. Martín explica-o muito melhor do que eu, mas a verdade é que Israel nasceu no final da Segunda Guerra Mundial num contexto histórico particular, que é o do fim da guerra, quando ainda existia uma coligação anti-nazi entre os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética, e o início da Guerra Fria em que a ordem internacional é reconfigurada e é neste momento que Israel se torna esse pretendido bastião.

Quando falamos em “Orientalismo” devemos entender que, no início, no século XIX, ele tinha uma conotação racial muito forte. A racionalidade, o progresso, o Iluminismo correspondem a uma humanidade europeia, branca e cristã, enquanto a barbárie é um mundo com conotação racial. Se aplicarmos essa visão em Israel, devemos reconhecer que estas categorias são metáforas porque metade da população de Israel é etnicamente árabe, são cidadãos israelitas que têm as suas origens no Norte de África, no Médio Oriente.

Portanto, falar de um bastião do Ocidente é errado porque não é o Israel de 1948, dos judeus europeus brancos que se estabeleceram naquelas terras. Durante décadas, foi levado a cabo um processo forçado de assimilação cultural dos judeus do Médio Oriente e do Norte de África para os desenraizar e transformar nos novos homens israelitas que correspondam a um modelo ocidental de homem.

No entanto, existem outras dimensões a analisar, como as econômicas e geopolíticas. Nos Estados Unidos há um debate sobre como explicar a posição de Biden, que é regularmente desprezado e humilhado por Netanyahu, que expressa explicitamente o seu desprezo pelo presidente americano. Como explicar isso? Todas as sondagens de opinião dizem que os Democratas correm o risco de perder as eleições de Novembro porque alguns estados importantes, como o Michigan, consideram que a posição dos EUA na guerra em Gaza é um desastre.

Há uma opinião pública que nunca votará em Donald Trump, mas que não pode, por razões ético-políticas, aproximar-se dos Democratas pelas posições que têm sobre Gaza.

Como se explica esta contradição? Os Estados Unidos têm a possibilidade de mudar a política israelense, mas por trás disso existe um aparelho científico, económico e militar no qual Israel está profundamente integrado, pelo que os

a terra é redonda

interesses e os laços são mais fortes do que considerações de racionalidade política e intelectualidade. Isso é algo que vejo nas universidades, por exemplo, que sempre apoiaram o movimento anti-racista e quando Donald Trump foi eleito as Universidades foram bloqueadas com o apoio dos dirigentes dessas Universidades.

No passado havia interesses entre os Estados Unidos e a África do Sul, mas a certa altura a oposição ao apartheid era tão grande que as universidades entenderam que podiam sacrificar os poucos interesses que temos em África e mudar de posição. Agora isso não acontece, não é possível e vemos como todos os campi são afetados pelo movimento anti-guerra e todos os dirigentes das grandes universidades reprimem essas manifestações.

A questão é que essas grandes Universidades possuem vínculos de cooperação científica e estão envolvidas no processo de produção de drones que são utilizados na guerra. Assim, se não se distanciarem dos movimentos anti-guerra, o financiamento das Universidades será cortado. Existem mecanismos, ligações, que são mais fortes que as oportunidades políticas.

Martín Martinelli: Também pode refletir uma certa fissura e contradições dentro dos Estados Unidos. O que chamamos de 'globalistas' e 'americanistas' e isso me faz pensar na parte do seu livro onde você compara com as manifestações contra a Guerra do Vietnã que acabam influenciando o fim do conflito. Ou seja, o que acontece dentro dos Estados Unidos e nas áreas onde ocorre a guerra em questão também pesa.

Há uma parte do ensaio que me parece fundamental, onde você trabalha as categorias de violência, terrorismo e resistência, onde compara diferentes confrontos assimétricos. Finalmente, isto é influenciado pela construção do inimigo, primeiro o comunismo e depois a queda da URSS e especialmente em 2001, o intencionalmente chamado "terrorismo islâmico".

Enzo Traverso: Há um conjunto de problemas que devem ser analisados separadamente. A questão da violência é fundamental e deve ser feita uma simples observação: a violência ressurge no dia 7 de Outubro por parte dos palestinos após o colapso dos acordos de paz. Este é um naufrágio que foi perseguido e planeado por Israel desde o início. Pois bem, embora tenha assinado os Acordos de Paz foi com o objetivo de reservar tempo para continuar a colonização. Assim, o epílogo destes fracassos da paz é o dia 7 de Outubro, um regresso dos palestinianos à violência terrorista.

A notícia de há poucos dias não só dizia que o Hamas se atrasou nas negociações no Qatar, mas também disse que planeia retomar os ataques suicidas. Isto pode ser visto de diferentes maneiras: podemos falar de desespero ou regressão, mas o paradoxo é que pagando um preço imensurável, como um genocídio, e é o Hamas que alcança um objectivo.

Antes do 7 de Outubro ninguém falava da Palestina, havia um projecto baseado em acordos de paz com os países árabes que estavam dispostos a assiná-los sem negociar nada para a Palestina. Então, praticamente, havia um contexto em que a Palestina estava condenada ao desaparecimento na política internacional, na diplomacia.

Por isso, afirmo que depois do 7 de Outubro tudo mudou e agora ninguém sabe o que vai acontecer, nem há solução para a crise actual. Mas uma coisa é certa: não se pode pensar numa solução para o Médio Oriente sem a Palestina. A violência, desse ponto de vista, teve um resultado.

Podemos dizer que é uma política de desespero porque não acredito que a questão palestina possa ser resolvida com ataques suicidas ou actos de terrorismo. Contudo, a questão existe e é uma questão de filosofia política e moral, porque existe um princípio geral que indica que quando há opressão, a violência para a libertação é legítima. Este é um povo oprimido pela violência sistemática que responde através da violência, embora isso não signifique que todas as formas de violência sejam legítimas, eticamente aceitáveis politicamente eficazes.

Este é o debate que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando a resistência tomou a decisão de pegar em armas para lutar contra a ocupação e a opressão nazi. Mais tarde se dirá que sim, naquele momento, que a estratégia que envolve

matar civis foi ou não eficaz e legítima.

Este é um grande e significativo ponto de interrogação política e é um debate que nós, historiadores, podemos registar na história do socialismo e do anarquismo. Porém, filosoficamente é uma questão que nos obriga a voltar a Maquiavel e ver a relação entre os meios e o fim. Assim como o debate entre Trotsky e Victor Serge na década de 1930, observar que nem todos os meios de ação são coerentes e legítimos para atingir determinados fins.

Se o objectivo é a libertação de um povo, existem alguns meios de acção que não são compatíveis com esse objectivo, pelo que um massacre de civis não é um meio de acção legítimo, mesmo que seja no quadro de um regresso à violência que está acontecendo.

Assim, podemos criticar e condenar a acção do Hamas no dia 7 de Outubro por razões políticas, estratégicas e morais, mas, ao mesmo tempo, é o Hamas que está nos túneis de Gaza a combater um exército ocupante. Assim, o facto de o Hamas ser o agente da resistência palestiniana é uma prova de que o terrorismo é um método de acção na dimensão das Guerras de Libertação Nacional, dos movimentos anti-imperialistas e de resistência. Isso é um fato, quer discordemos ou não. Respeito muito os pacifistas que não aceitam a violência, embora esta não seja a minha abordagem.

Não se pode dizer que não se pode negociar com o Hamas porque eles são terroristas e fundamentalistas, porque esse não é um argumento válido. A realidade é que, de facto, estão a decorrer negociações com eles, mesmo que indiretamente. Uma das responsabilidades dos intelectuais deve ser esclarecer estes pontos e responder à retórica que prevaleceu após o 11 de Setembro, que indica que o terrorismo é uma espécie de monstro, um espectro que deve ser exorcizado.

O terrorismo é uma forma de luta de movimentos de resistência e, em alguns casos, com sucessos catastróficos e outros que atingiram objectivos. O exemplo que dei no meu livro *A batalha da Argélia* de Gillo Pontecorvo descreve a forma como as mulheres da FLN (Frente de Libertação Nacional), na guerra da Argélia, se disfarçaram de francesas para irem aos bairros franceses colocar bombas em bares, em cafés. É algo que hoje seria horrível para grande parte da opinião ocidental, depois de décadas de retórica sobre os direitos humanos e de rejeição da violência. Todos os movimentos de libertação nacional adoptaram estes meios e isso inclui a violência contra civis que acaba por ser inevitável.

Martín Martinelli: A questão é contrastada, como você diz, nesses confrontos assimétricos porque o que as mulheres argelinas fizeram ou os ataques do Hamas são considerados terrorismo, mas não se considera que o Hamas não tenha sequer um helicóptero ou equipamentos de última geração aviões de combate e 300 ogivas como Israel tem. As invasões e os bombardeamentos de populações civis pelos EUA também não são vistos como terrorismo. Assim, a noção de terrorismo foi utilizada para acusar movimentos que têm muito menos poder militar e não as grandes potências que podem bombardear indiscriminadamente.

Enzo Traverso: A questão da violência não pode ser retirada do seu contexto porque a eficácia e a própria possibilidade do uso da violência e seus limites vinculam o contexto. Não há dúvida de que o exército francês poderia ter vencido militarmente a Guerra da Argélia, tal como não há dúvida de que os Estados Unidos poderiam ter destruído a resistência vietnamita ou o Afeganistão, como Israel faz hoje em Gaza. Mas havia um contexto geopolítico e político em França e nos Estados Unidos que não permitia que este conflito fosse resolvido em termos puramente militares.

A resposta à Guerra do Vietnã foi tão forte que os Estados Unidos não conseguiram acompanhá-la. Insisto que o fim desse conflito terminou com uma derrota no campo de batalha contra os combatentes vietnamitas, mas foi também uma vitória alcançada dentro dos Estados Unidos pelo movimento anti-guerra. Assim, no contexto da guerra da década de 1950, a França não poderia continuar com aquele conflito na época da descolonização e da revolução cubana. Portanto, é um problema de relações de poder político e não apenas em termos militares. Isso também explica a existência daqueles movimentos que podem mudar uma trajetória.

No meu livro faço uma distinção entre diferentes componentes destes movimentos anti-guerra. Uma dessas componentes é

a terra é redonda

a componente pós-colonial de jovens originários da Ásia ou de África, com uma forte componente afro-americana que identifica a luta dos palestinianos como uma luta contra o racismo, da mesma forma que as minorias pós-coloniais os identificam contra o colonialismo.

Uma terceira componente são os jovens judeus que não aceitam que Israel realize um genocídio em seu nome e participam neste movimento, não como personalidades, mas como associações organizadas.

Isto é um sintoma de uma mudança de opinião e vemos que a minoria judaica nos Estados Unidos não é compacta em termos de apoio a Israel. Significa que há uma nova geração que não aceita a política de Joe Biden. Vamos entender que Biden é um reflexo pavloviano de apoio a Israel, então Netanyahu aparece e o trata como um idiota enquanto continua a financiá-lo. Portanto, esta mudança pode implicar consequências notáveis no que dizíamos.

A certa altura, a política de Israel deixará de ser aceitável, tal como em 1990, um estado sul-africano de *apartheid* já não era aceitável. Mais cedo ou mais tarde isso vai acontecer, vai acabar e podemos alertar através desses sintomas dentro dos quais a violência é um fator que pode acelerar o processo. Tudo vai depender de como a violência é utilizada, com quais objetivos e como ela é contextualizada.

Martín Martinelli: Queria destacar uma sexta virtude do livro, que é o cuidado que você tem, conhecendo os pretextos que são usados para contrariar os argumentos, em cada uma das afirmações que você faz, propondo exemplos amplos de diferentes fatos históricos.

Enzo Traverso: A questão do sionismo é complexa e é fonte de mal-entendidos permanentes. É difícil caracterizar a natureza do sionismo porque os manuais de história explicam-nos que ele nasceu no final do século XIX na Europa Central, onde Theodor Herzl publicou o seu livro *O Estado dos judeus*. Aqui vemos que o sionismo, num primeiro momento, é simplesmente a versão judaica dos nacionalismos europeus da época.

É uma versão caricaturada, em muitos casos, do nacionalismo alemão que é mais admirada por Herzl como um projecto para construir um Estado-nação judeu delimitado de um ponto de vista étnico, cultural e religioso, bem como geopolítico. Nesse livro, de facto, ele já menciona que na Palestina os judeus serão o bastião do Ocidente. Ou seja, desempenham o papel de representantes do progresso e da civilização em meio à barbárie oriental.

No entanto, existem outras correntes sionistas que não partilham estes estereótipos colonialistas e racistas. Existem correntes anarquistas e marxistas e, depois da década de 1920, também existem fascistas como Zeev Jabotinsky, que era admirador de Benito Mussolini e de seu movimento desfila com os camisas negras. Portanto, o sionismo é um movimento muito heterogéneo e é ao mesmo tempo uma versão judaica caricatural muito racista e colonialista dos nacionalismos europeus. Além de ser um movimento nacional de uma minoria oprimida, assume traços de libertação nacional.

Encontramos também o que foi definido na Alemanha e na Áustria como sionismo cultural, que não tinha como objectivo a construção de um Estado Judeu na Palestina, mas sim a criação de uma comunidade nacional judaica. Ou seja, que os judeus têm o direito de viver como uma comunidade nacional com as suas práticas religiosas e língua, criando assim a Universidade Hebraica de Jerusalém.

Na verdade, um dos fundadores dessa universidade, Judah Magnes, era um sionista cultural que pensava que seria frutífero criar uma comunidade nacional judaica na Palestina, mas não um Estado judeu. Achei natural pensar na vida nacional judaica como parte de uma Palestina multiétnica, multirreligiosa e multicultural. Esta é uma opção atualmente.

Se esta é a história do sionismo, há que reconhecer que após a criação do Estado de Israel é a concepção de Herzl de sionismo político que se tornou hegemónica e, neste sentido, o Estado de Israel é sionista e delimita-se em termos religiosos e culturais. Esta é a razão pela qual muitos intelectuais críticos do sionismo falam das raízes teológicas-políticas do projeto sionista que se materializou no Estado de Israel que hoje existe.

a terra é redonda

A primeira observação que deve ser feita é que o sionismo foi, durante muito tempo, uma minoria no mundo judaico onde existiam correntes anti-sionistas muito poderosas por razões religiosas, políticas, culturais, pensando que a vocação do mundo judaico é diaspóricos, desempenhando um papel no quadro das nações em que vivem, sendo um elemento do cosmopolitismo e representando uma irmandade supranacional entre os povos. Portanto, existe uma tradição de internacionalismo judaico que é anti-sionista.

Assim, a questão do sionismo não pode ser reduzida a formas estereotipadas. O que considero essencial esclarecer hoje é que, apesar da complexidade da história do sionismo, existe um sionismo político que Israel encarna hoje que corresponde a uma concepção colonizadora e opressiva que nega os direitos dos palestinianos.

Assim, o anti-sionismo hoje é uma forma de anti-colonialismo, de anti-racismo e é a bandeira de muitos movimentos de libertação nacional. É claro que existem anti-semitas que são anti-sionistas, certamente. Contudo, ser anti-sionista não significa ser anti-semita. Se aceitarmos esta equação, devemos concluir que grande parte do mundo judaico é anti-sionista.

Martín Martinelli; Gostaria de encerrar com a questão de “um ou dois Estados” com a qual você conclui o livro, mas antes quero destacar sua participação conosco e em outros lugares onde você apresenta essas ideias (e em diferentes idiomas). Isto nos leva a afirmar o nível de comprometimento que você tem como ativista intelectual.

Enzo Traverso: Como eu disse antes, hoje ninguém tem solução. A tragédia desta guerra é que ela se aprofunda, mas quase ninguém tem uma estratégia para sair dela. Quem tem uma visão mais clara é, justamente, o do governo de Netanyahu, que é a destruição total de Gaza e a expulsão dos palestinianos. O projecto é uma nova Nakba para depois recolonizar Gaza. No entanto, Netanyahu quer continuar a guerra até novembro na esperança de que Trump seja eleito e o apoie para permanecer no poder.

Os países árabes não têm solução ou proposta de paz. Enquanto os Estados Unidos apoiam Israel sem propor nada e o mesmo acontece com a Europa, que está totalmente fora de todas as negociações, o que é vergonhoso. Por sua vez, no campo palestino a OLP é praticamente uma agência de Israel, portanto está fora de opção e o Hamas é a única arma que usa a violência como forma de sobrevivência.

É um contexto em que uma solução não pode ser definida ou traçada. No médio prazo estou muito pessimista e vejo apenas um aprofundamento da tragédia enquanto no longo prazo vejo uma solução que não pode ser outra senão um Estado binacional ou uma federação que garanta plena igualdade de direitos a todos os cidadãos sem distinção de língua, religião ou etnia.

A questão é que no mundo global, que é o mundo do século XXI, um Estado étnico ou religioso como Israel é uma aberração total porque não pode existir sem estabelecer formas de segregação, discriminação e exclusão. Nesta linha, do meu ponto de vista, a criação de dois Estados étnica e religiosamente delimitados só pode ocorrer através de um processo de limpeza étnica em vários locais entre o rio e o mar porque são duas comunidades que vivem juntas. Então o que temos que pensar é em formas de convivência.

A ideia de que um judeu não pode viver com outras comunidades religiosas é descontextualizada porque, em última análise, essa é a sociedade cujos membros partilham, independentemente das suas raízes culturais. Aqueles que propõem a solução de dois Estados são políticos que acusam de racistas aqueles que dizem que os Estados Unidos deveriam ser brancos e cristãos. Por isso, acredito que a ideia de dois Estados é obsoleta, pois reproduz um conceito de Estado-nação que surgiu na Europa no século XIX, e que produziu catástrofes no século XX.

Parece-me que o lugar onde esta reflexão seria mais natural é a Argentina porque é um país que tem uma identidade nacional muito forte, mas a consciência nacional implica uma pluralidade de origens, culturas e religiões. Esse é o modo natural de existência da humanidade no século XXI e o sionismo hoje é uma regressão mesmo no mundo judaico. É por isso que não me surpreende que a defesa de Israel como um Estado étnico-religioso seja levantada pela extrema direita.

***Enzo Traverso** é professor de história na Cornell University. Autor, entre outros livros, de *As novas faces do fascismo* (Editora Âyiné).

***Martín Martinelli** é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidad Nacional de Luján (Argentina).

Referência



Enzo Traverso. *Gaza diante da história*. Belo Horizonte, Editora Âyiné. [<https://amzn.to/3ZgYNti>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

<https://amzn.to/3ZgYNti>